

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

I - CONTEXTO OPERACIONAL

A ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação é uma associação civil, de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos; considerada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto Lei nº 43.890, de 10/06/1958, e, de Utilidade Pública Estadual e Municipal, conforme Lei nº 892, de 14/11/1957; registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, processo nº 48.035/1956, em 02/06/1956. A Instituição enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, disposição regulamentada pelos artigos 9º e seguintes da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 – Código Tributário Nacional. “Em processo de renovação, junto ao Ministério da Saúde, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº SIPAR – Ministério da Saúde 2500-204921/2015-6, protocolado em 15/12/2015”. Tem como finalidade a prestação de assistência médica, social e de reabilitação a pessoas com deficiência, além do fornecimento de órteses, próteses e calçados ortopédicos, e de meios auxiliares de locomoção. Referência na Medicina de Reabilitação, conforme classificação do Ministério da Saúde, portaria MS/SAS nº 180 de 18/03/2002, e Centro Especializado em Reabilitação CER II, portaria 835 de 10/09/2015.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2015, a Entidade adotou a Lei nº. 11.638/2007 e a Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº. 1.376/11 (NBC TG 26 e ITG 01), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº. 1409/12, que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

III – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 ITG 2000

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas - RCPJ.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- b) Depreciações: Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens.
- c) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- d) Despesas e Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- e) Apuração de Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- f) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

V – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

- a) A conta “Caixa” registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta “Bancos Conta Movimento” representa o somatório dos saldos das diversas contas-correntes, todas devida e regularmente conciliadas.
- b) As aplicações financeiras totalizam R\$1.682.320,80, sendo R\$ 8.583,25 de recursos próprios e R\$ R\$1.673.737,55, de convênios governamentais do ano de 2011, com recursos do Ministério da Saúde, após aprovação de planos de trabalho, com verbas repassadas do Orçamento da União, provenientes de emendas parlamentares individuais. Essas verbas, além de detalhadas prestações de contas, são acompanhadas e auditadas por técnicos do Ministério da Saúde.

Esses recursos são bloqueados, por serem valores de convênios governamentais com classificação de subvenções públicas, e só podem ser alocados no cumprimento do objeto dos respectivos convênios governamentais, aprovados pelos órgãos concedentes. Estes recursos serão aplicados de acordo com os planos de trabalhos e as compras feitas através de processo de licitação (pregão eletrônico), de acordo com a Lei 8.666, de 21/06/1993.

NOTA 02 – RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

Na composição do saldo de “Convênios Médicos”, o Convênio com a SMS - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, para atender aos pacientes do SUS, Sistema único de Saúde, representa 90% do total de R\$2.328.418,97, devidos pelos atendimentos ambulatoriais, além do fornecimento de órteses, próteses, calçados e meios auxiliares de locomoção. Este faturamento refere-se aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2015. O saldo restante são valores ainda não recebidos de convênios com planos de saúde privados.

Em “Encomendas de Produtos Ortopédicos”, registram-se as provisões de receitas decorrentes de encomendas de produtos ortopédicos em processo de confecção, bem como de produtos acabados, encomendados por pacientes aos quais foi prescrito algum produto e devem retornar à Instituição para o recebimento. Para estes valores foram constituídas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, a fim de cumprir a ITG 2002 (em relação a PECLD) e o Princípio Contábil da Prudência.

Também neste grupo constam as verbas oriundas de emendas parlamentares individuais cadastradas, parte do Orçamento da União, através do Ministério da Saúde, no ano de 2014, a serem cumpridas em 2016, descritas no quadro 1, no montante de R\$ 1.999.990,72, para aplicação na reforma da Oficina Ortopédica e na reforma do Centro de Reabilitação; com planos de trabalho cadastrados no Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde – FNS. São convênios assinados e publicados no Diário Oficial da União.

Demonstrado no quadro 2, verba da Secretaria Estadual de Saúde que manteve convênio com a ABBR iniciado em 2008 – processo R-08/12455/2008, não renovado em 2015.

A Secretaria Estadual de Saúde – SES publicou no Diário Oficial do Estado, em 24/09/2015, página 35, o reconhecimento de dívida do processo E08/001/5607/2014, referente ao período de abril a agosto/2014 no valor de R\$606.771,60 e do processo E08/001/11298/2014, referente aos meses de setembro e outubro/2014 no valor de R\$242.708,64, valores não pagos à ABBR.

1) MINISTÉRIO DA SAÚDE	
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	
CONVÊNIO	VALOR (R\$)
812668/2014	999.990,72
811995/2014	1.000.000,00
TOTAL:	1.999.990,72

2) SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - CONVÊNIO 003/2008	
ANO/2014	VALOR R\$
Abril a Agosto/14	606.771,60
Setembro a Outubro/14	242.708,64
TOTAL:	849.480,24

Constam também demonstrados nos quadros 3 e 4 os valores de Incentivo Financeiro de Custeio, do Centro de Reabilitação e da Oficina Ortopédica, devidos pelo Ministério da Saúde.

3) INCENTIVO DE FINANCEIRO CENTRO DE REABILITAÇÃO	
ANO/2015	VALOR R\$
Outubro a Dezembro	420.000,00
TOTAL:	420.000,00

4) INCENTIVO DE CUSTEIO OFICINA ORTOPÉDICA	
ANO/2015	VALOR R\$
Outubro a Dezembro	162.000,00
TOTAL:	162.000,00

Quadro nº3:

Refere-se a valores não pagos do Incentivo Financeiro de Custeio pela classificação do Centro de Reabilitação da ABBR como Centro Especializado em Reabilitação – CER II, publicado pelas portarias nº 835, de 10/09/2015 e nº 1634, de 01/10/2015, do Ministério da Saúde. Em 24/11/2015, através do ofício ABBR nº 197/15, foi solicitado ao Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, o pagamento mensal do Incentivo Financeiro, cujo repasse não ocorreu até 31/12/2015.

Quadro nº4:

Refere-se a valores não pagos do Incentivo Financeiro de Custeio da Oficina Ortopédica, em atraso, não repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, até 31/12/2015.

NOTA 03 - ESTOQUE

Os estoques estão avaliados pelo custo médio, que não supera os preços de mercado e referem-se a materiais a serem aplicados na confecção de órteses, próteses e calçados ortopédicos e a meios auxiliares de locomoção, mais os materiais necessários às atividades da Instituição.

NOTA 04 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Tratam-se de bloqueios judiciais em ações trabalhistas e cíveis, depósitos recursais, valores a apropriar e créditos em contas correntes, além do valor referente ao contrato de locação da Edificação Interna onde funciona o hospital administrado pela Empresa Esho de Serviços Hospitalares (Grupo Amil), e outros. Em “Outros créditos” temos cheques emitidos e valores a receber de usuários de cartões de crédito e de débito. A conta “Valores a Apropriar” registra os valores a apropriar em despesa de vale-transporte.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 05 – IMOBILIZADO

Os componentes do ativo imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição ou construção, deduzidas as respectivas depreciações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, bem como Resolução nº 1.177, de 01.01.2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

Dentre os valores constantes do Imobilizado, há de se destacar as obras de engenharia civil, Reformas e ampliações executadas pela Empresa Esho de Serviços Hospitalares (Grupo Amil), nas áreas internas e Edifício Fernando Lemos de propriedade da ABBR, bem como nas instalações da edificação do hospital administrado pela Empresa Esho (Grupo Amil), tudo de conformidade com o contrato assinado em 04/06/2009 e arquivado no 1º RTD, em 10 de junho de 2009, e Primeiro Termo Aditivo, de 18/05/2012, e Protocolo de Intenções com Obrigações Recíprocas, em 18/05/2012.

O registro contábil dessas obras resultou no saldo de R\$25.997.887,92, sendo que R\$7.516.671,03 no ano de 2011, R\$16.388.749,55 no ano de 2013 e R\$2.092.467,34 no ano de 2014.

As obras em benefício da ABBR, mencionadas no Primeiro Termo Aditivo de 18/05/2012, estão paralisadas, em processo de licenças junto aos Órgãos Públicos.

Com relação ao Teste de Recuperabilidade de Ativos (Resolução CFC 1.292/10, de 20/08/2010), estamos aprimorando o controle de bens patrimoniais, com realização de inventário físico e atualização do total dos valores dos Bens. Iniciaremos o teste assim que a situação financeira da ABBR permitir.

Bens Imóveis Inalienáveis : 1) Imóveis adquiridos com a parcela de 50% da venda do apartamento na Av. Vieira Souto, 530/401 – Ipanema – Rio de Janeiro - RJ, em usufruto vitalício para a Sra. Yolanda Maria de Souza; em cumprimento à Cláusula Testamentária, nos autos do Inventário da Sra. Yonne Maciel de Oliveira Castro, processo nº 0082870-27.2005.8.19.0001, 11ª Vara de Órfãos e Sucessões, conforme descrito :

a) Rua Engenheiro Cortes Sigaud, 187 apartamento/301 – Leblon - Rio de Janeiro; utilizado como residência da Sra. Yolanda Maria de Souza;

b) Rua Miguel Lemos, 119 apartamento/102 – Copacabana – Rio de Janeiro;

c) Rua Duvivier, 24 apartamento/302 – Copacabana – Rio de Janeiro;

d) Av. Princesa Isabel, 500 apartamento/203 – Leme – Rio de Janeiro;

e) Rua Conde de Bonfim, 526 apartamento/502 – Tijuca – Rio de Janeiro;

- Os últimos quatro imóveis estão alugados e suas rendas revertem-se em favor da Sra. Yolanda Maria de Souza, para sua manutenção e sustento.

NOTA 06 - BENS EM COMODATO

Conforme a Lei 11.638/07, de 28/12/2007, e a Resolução do nº CFC 1.152/09, de 23/01/2009, os bens comodatos passam a integrar o Sistema Patrimonial em contas específicas de Ativo Não Circulante e Passivo Não Circulante.

NOTA 07 - INTANGÍVEL

Neste grupo constam valores referentes a Direito de Uso de Software, conforme a Resolução CFC nº 1.303/10, de 25/11/2010. Foi feito um levantamento dos sistemas em uso na instituição e atualizado o valor da referida conta.

PASSIVO CIRCULANTE

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

Fazem parte deste grupo os valores provenientes de Salários a Pagar, acordos homologados na Justiça, decorrentes de rescisões de contrato de trabalho, seguidos de impostos e contribuições sociais a recolher - INSS ,FGTS e IRRF .Além do parcelamento da Previdência Social (Lei 11.345/2006) e o parcelamento da Receita Federal do Brasil (Lei 11.941/2009) e diferença de salários (conforme convenções coletivas 2011/2012 e 2012/2013).

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS	VALOR
1 - Salários a Pagar	590.973,48
2 - Acordos Judiciais a Pagar	404.770,86
3 - Saldo Acordo Coletivo - a Pagar	201.817,98
4 - INSS	1.310.572,30
5 - FGTS	1.133.211,17
6 - Imposto de Renda	679.924,76
7 - PIS/COFINS/CSLL Lei 10833	4.386,15
8 - ISS	366,98
9 - Contribuição Sindical a Recolher	1.339,60
10 - Pis sobre Folha	13.794,27
11- Previd. Social - Parcelam. Lei 11345/06	198.988,68
12- RFB - Parcelamento - Lei 11941/9	271.659,14
TOTAL	4.811.805,37

- 1- Refere-se ao provisionamento dos salários de dezembro/2015, pagos em 07/01/2016.
- 2 - Acordos homologados na justiça do trabalho, pagos em parcelas mensais.
- 3 - Convenções coletivas 2011/2012 e 2012/2013, aguardando pagamento.
- 4 - Referente aos meses de (dez/14, janeiro/15 a dezembro/15).
- 5 - Referente aos meses de (dez/14, janeiro/15 a dezembro/15).
- 6 - Referente aos meses de (fevereiro a dezembro/15).

Motivos que levaram a ABBR temporariamente à inadimplência dos Itens 4,5 e 6.

Não pagamento pela Secretaria Estadual de Saúde da dívida – processos E08/001/5607/2014, no valor de R\$606.771,60 e processo E08/001/1128/2014, no valor de R\$242.708,64, totalizando R\$849.480,24, reconhecida a dívida, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro dia 24/09/2015, pag.35.

Não pagamento do Ministério da Saúde na habilitação da ABBR como Centro Especializado em Reabilitação CER- II .No ano de 2014, após a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (DOM 17/04/2014) ter habilitado a ABBR, o Ministério da Saúde não classificou a Instituição e não repassou os valores mensais de R\$140.000,00 no ano de 2014 (a partir do mês 04/2014, quando foi habilitada pela Secretaria Municipal de Saúde), representando – R\$1.260.000,00 e no ano 2015 – R\$1.680.000,00. Finalmente, em 10/09/2015 e 01/10/2015, o Ministério da Saúde publicou as portarias nº 835 e nº1. 634, classificando a ABBR como Centro Especializado de Reabilitação – CER II, porém não repassou o incentivo financeiro no exercício de 2015.

- 7- Referente à retenção Lei 10.833, pago em 19/01/2016.
- 8- Referente ao ISS sobre notas fiscais de prestação de serviços, paga em 10/01/2016.
- 9- Referente à contribuição sindical sobre folha de dezembro/2015, paga em 29/01/2016.
- 10 - Referente ao Pis sobre folha, pago em 25/01/2016.
- 11 - Referente à Timemania, parcelamento dos débitos previdenciários (INSS), parcela nº105 paga em 29/01/2016.
- 12 - Referente ao Refis, parcelamento dos débitos com a Receita Federal, parcela nº55, paga em 29/01/2016.

NOTA 09 – VALORES A PAGAR

Tratam-se de débitos para com fornecedores de materiais e concessionárias de serviços públicos, dentre os quais, o demonstrativo seguinte mostra os maiores credores.

FORNECEDOR	VALOR(R\$)
Cedae	61.221,24
Ceg	11.139,57
Distr.Produutos de Limpeza Ltda	32.348,00
Ethnos Ind. Com. Prod.Ortopédicos	17.248,47
GR S/A	81.753,61
Light Serv Eletricidade	53.500,07
Polior Ind.Com.Prod.Ortopédicos	85.478,50
Ortopédica Bralit	10.387,50
Otto Bock do Brasil	58.831,90
Outros fornecedores	61.202,05
TOTAL	473.110,91

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS

Obrigações de natureza trabalhista, de provisão de férias, acrescidas do terço constitucional, do saldo da folha de salários de dezembro de 2015.

Em atendimento à NBC TG 25 (Resolução CFC 1.180/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), constituímos Provisão para Contingências Trabalhistas no valor de R\$ 42.840,52, referente a ações trabalhistas em andamento.

Também em atendimento à NBC TG 25, constituímos Provisão para Contingências Cíveis no valor de R\$241.408,25, referente à empresa C.M. Suturas.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES C/ TERCEIROS

Refere-se a reembolso do mobiliário comprado pela Esho Empresa de Serviços Hospitalares para uso da ABBR, nas dependências das áreas de saúde e administrativas instaladas no Edifício Fernando Lemos, conforme 2º termo aditivo celebrado em 28/05/2015, do contrato de locação firmado em 04/06/2009.

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Este grupo de Passivo Circulante registra os empréstimos bancários (com saldo de R\$. 1.706.882,62) obtidos junto ao Banco Bradesco, a fim de suprir fluxo de caixa negativo, destinando-se a pagamentos a fornecedores, folhas de salários, 13º salários e concessionárias de serviços públicos. Parte destes compromissos financeiros estão arrolados no grupo Não Circulante, tendo em vista a exigibilidade a partir de 01.01.2016. Dentro das obrigações financeiras ainda temos o Contrato de Mútuo com a empresa PEG - Prestação de Serviços de Assessoria Comercial Ltda, inscrito no CNPJ nº 14.184.781/0001-60, no montante de R\$405.601,29, com vencimento em 14/04/2016.

Os serviços prestados por terceiros somam R\$168.978,27, diluídos entre pessoas jurídicas e pessoas físicas.

Antecipação de aluguel Empresa Esho (Grupo AMIL), conforme cláusula nº15, do segundo termo aditivo ao contrato de locação, assinado pela ABBR, em 25/05/2015. Foi antecipado o montante de R\$1.200.000,00, no ato da assinatura e compensado em 15 (quinze) alugueis consecutivos, estendendo-se até julho/2016, restando em 31/12/2015, 07 (sete) parcelas totalizando o montante de R\$560.000,00.

Também neste grupo, estão os registros de convênios firmados com o Ministério da Saúde e arrolados no Ativo Circulante em Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis.

NOTA 13 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

As obrigações de longo prazo mais relevantes, no valor total de R\$30.657.754,2, se referem aos débitos governamentais (Previdência Social = R\$7.138.351,15 e Receita Federal do Brasil = R\$2.082.724,65) administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inseridos nos parcelamentos regulados pela Lei nº 11.345/2006, que criou a “Timemania”, e pela Lei 11.941/2009. Outra parcela se refere ao parcelamento de débitos para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (R\$533.188,80). Ainda como exigibilidade de longo prazo, consta o complemento de “Empréstimos Bancários”, com saldo de R\$2.000.000,04, obtidos no Banco Bradesco e o parcelamento de débitos com concessionária de serviços de água e esgoto (CEDAE), totalizando R\$282.096,52.

Consta também o valor de R\$18.481.216,89, R\$16.388.749,55 no ano de 2013 e R\$2.092.467,34 no ano de 2014, referente às obras de engenharia civil executadas pela Esho Empresa de Serviços Hospitalares (Grupo Amil) na edificação do Hospital, Consultórios e Edifício Fernando Lemos, com vistas às novas dependências da ABBR, constantes nas notas fiscais entregues à ABBR em arquivo, referente ao contrato de locação e de primeiro termo aditivo celebrado em 18/05/2012, seguindo a Resolução CFC nº. 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 14 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio da Instituição apresenta-se positivo, estando ajustado pelo Resultado do Período, bem como pelos Ajustes de Exercícios Anteriores.

NOTA 15 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Dentre os ajustes, os de maiores vultos dizem respeito a: receitas referente ao convênio 003/2008 do ano de 2014, glosas de planos de saúde, encomendas a faturar e de glosas do convênio SMS - Secretaria Municipal de Saúde pacientes do SUS.

VI – DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DO PERÍODO

NOTA 16 – RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Registra os recursos provenientes de prestação de serviços de setores, conforme abaixo:

SETORES/RECEITAS	2015 (R\$)	2014 (R\$)	VARIAÇÃO 2015/2014
Centro de Reabilitação	7.690.290,03	6.804.348,55	13,02%
Oficina de Produção Ortopédica	6.915.407,32	5.256.082,32	31,57%
Serviços Auxiliares	37.062,30	40.641,02	-8,81%
Receita Loja Ortopédica	158.119,80	219.860,70	-28,08%
Total	14.800.879,45	12.320.932,59	20,13%

As receitas do Centro de Reabilitação referem-se aos serviços prestados a pacientes através do convênio com SMS - Secretaria Municipal de Saúde pacientes do SUS. de convênios privados e atendimentos particulares. As receitas de Oficina de Produção referem-se a confecções de produtos ortopédicos – próteses, órteses, calçados e meios auxiliares de locomoção, convênio SMS - Secretaria Municipal de Saúde pacientes do SUS e atendimentos particulares.

NOTA 17 – CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Registra as despesas administrativas, de pessoal e de consumo de material da Instituição.

DESPESAS	2015 (R\$)	2014 (R\$)	VARIAÇÃO 2015/2014
Pessoal e Encargos	14.464.676,64	12.952.675,93	11,67%
Material Aplicado	2.811.114,62	2.589.463,45	8,56%
Depreciações	615.902,58	537.893,23	14,50%
Serviços de Terceiros	1.012.693,55	956.521,06	5,87%
Despesas Administrativas	1.970.857,47	1.773.343,46	11,14%
Total	20.875.244,86	18.809.897,13	10,98%

As despesas com pessoal referem-se ao custo de pessoal próprio (CLT) mais encargos trabalhistas. Quanto ao material aplicado, refere-se, em grande parte, ao consumo de matéria prima utilizada para confecção de próteses, órteses, calçados ortopédicos e ao fornecimento de meios auxiliares de locomoção. Serviços de terceiros: contratação de serviços de portaria e vigilância, manutenção predial e de equipamentos, remoção de resíduos, manutenção de sistemas, consultoria, entre outros. Em despesas administrativas encontra-se pagamentos de concessionárias de serviços públicos, honorários advocatícios, prêmios de seguros, transporte, locação de equipamentos e fornecimento de alimentação.

NOTA 18 – DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Mensalmente a Instituição recebe da sociedade civil doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, conforme demonstrativo abaixo:

DOADORES	2015 (R\$)	2014 (R\$)
Pessoas Físicas – Depositado em Bancos	482.789,08	366.570,50
Pessoas Jurídicas – Depositado em Bancos	66.721,00	80.056,80
Donativos através de depósitos - Campanhas	20.472,00	29.444,50
Contribuintes Mantenedores (boletos via CEF)	2.257.173,91	2.431.199,02
Doação de Bens e Serviços	17.752,75	14.318,07
TOTAL	2.844.908,74	2.921.588,89

APLICAÇÃO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS

A ABBR aplicou as doações recebidas da seguinte forma:

APLICAÇÃO	2015 (R\$)	2014 (R\$)
Manutenção das atividades	816.360,23	732.004,47
Material para Oficina Ortopédica	1.486.511,60	1.337.200,64
Refeições a funcionários	263.050,15	555.584,35
Material de limpeza, reparos e outros	231.448,85	258.352,74
Material hospitalar e medicamentos	47.537,91	38.446,69
TOTAL	2.844.908,74	2.921.588,89

NOTA 19 – DO DÉFICIT DO PERÍODO

O Déficit do Período de 2015, no montante de R\$1.304.982,57, será incorporado ao Patrimônio Social, após a aprovação em Assembleia Geral, conforme determina a Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, em especial no item 15, que determina que o déficit ou superávit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

As receitas da ABBR são provenientes da prestação de serviços, somadas as subvenções federais e estaduais e doações. Entretanto, não superaram as despesas operacionais e não operacionais, ocasionando resultado deficitário no exercício findo em 31/12/2015.

Temos que ressaltar que as receitas operacionais são aquelas obtidas pelo Centro de Reabilitação e pela Oficina Ortopédica, cuja maior clientela é composta de usuários do convênio com a SMS - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para atender aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde – que não reajusta sua tabela de preços desde o ano de 2009.

1- Centro de Reabilitação - atividade-fim por excelência, razão da própria existência da ABBR, que atende, através do convênio com a Secretaria Municipal de Saúde, aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, convênios privados, bem como os atendimentos a pacientes particulares, nas diferentes modalidades de reabilitação desenvolvidas por profissionais graduados e especializados, tais como: médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, pedagogas, musicoterapeutas, assistentes sociais, psicólogos e fonoaudiólogos, além de outras especialidades. Como se depreende, trata-se de estrutura profissional de alto custo, com reajustes anuais superiores aos índices inflacionários, com salários estipulados pela legislação estadual que estabelece o mínimo de remuneração para variadas atividades. Além disso, a carga horária diária em regra é de seis horas de trabalho em conformidade com os conselhos profissionais reguladores das atividades. O quadro funcional com 137 funcionários representa 38% do quadro geral da Entidade.

2- Oficina Ortopédica - destina-se à fabricação de órteses, próteses e calçados, todos sob medida, basicamente para atendimento, através do convênio com a Secretaria Municipal de Saúde, aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde. No Setor são alocados profissionais de nível médio, todavia de rara especialidade, por sua vez, com remuneração compatível com o mercado. No total, são 47 funcionários, dentre administrativos e operacionais. Utiliza matérias primas especiais de alto custo, até importadas, para as confecções das peças.

VI – COMENTÁRIOS SOBRE OUTRO DEMONSTRATIVO

A – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10, de 17/09/2010, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Instituição optou foi o INDIRETO.

B – DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 (NBC T 3.7) – Demonstração do Valor Adicionado, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13. O regime de competência foi o utilizado para elaboração do DVA.

C – CUSTOS X SERVIÇOS PRESTADOS

A Instituição, em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409/12, que aprovou a ITG 2002, item 27, letra “n”, demonstra abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados através do Convênio com SMS – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para atender aos pacientes dos SUS – Sistema Único de Saúde, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas.

O quadro abaixo demonstra que o custo dos serviços prestados no Convênio com a SMS - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro aos pacientes do SUS- Sistema Único de Saúde, foi de R\$ 5.617.514,25 e as isenções tributárias usufruídas foram de R\$ 3.970.002,29. A diferença de R\$1.647.511,96 gerou um déficit financeiro à ABBR. Este déficit contribuiu parcialmente para o endividamento da Instituição e ficou registrado como contra-partida, sem a devida compensação financeira do Governo, ao não conceder subvenção ou auxílio para o custeio da manutenção das atividades da ABBR.

Demonstração comparativa dos valores recebidos (receitas) do atendimento ao convênio – ABBR com a Secretaria Municipal de Saúde– paciente do SUS– tabela de reembolso de 2009. Custo dos serviços da ABBR e isenções tributárias.			
		2015	2014
1) Convênio Secretaria Municipal de Saúde Pacientes do SUS (R\$)			
1.a Total de Receitas (reembolso)		4.095.276,65	3.778.607,67
1.b Total de Custos ABBR		9.712.790,90	8.383.108,17
1.c Resultado (1a - 1b)		(5.617.514,25)	(4.604.500,50)
Resultado (%)		-42,16%	-45,07%
2) Demonstração das isenções tributárias pela condição de entidade beneficente, sem fins lucrativos (R\$)			
2.a Isenções INSS		3.525.975,90	3.213.248,37
2.b Isenções COFINS		444.026,39	440.765,41
2.c Total (2a + 2b)		3.970.002,29	3.654.013,78
3) Resultado / Gratuidade (R\$) (1c - 2c)		(1.647.511,96)	(950.486,72)
Resultado (%)		-29,33%	-20,64%

Os custos verificados no modelo do Centro de Reabilitação ABBR seguem critério padrão predeterminado para a realização dos procedimentos médicos e baseado em condições ideais de eficiência e qualidade. O padrão é demonstrado pela forma (excelência) cuidadosa na execução dos procedimentos médicos.

D – SEGUROS CONTRATADOS

A ABBR efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados, no montante de R\$18.337.500,00.

A Apólice foi contratada junto à Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, com vencimento em 27/02/2016.

SEGURO	VALOR (R\$)
Incêndio Explosão e Fumaça	11.000.000,00
Equipamentos Estacionários	1.100.000,00
Outros Danos	6.237.500,00

IX – BALANÇO SOCIAL

INFORMAÇÕES GERAIS

O Balanço Social apresenta nos indicadores sociais o compromisso da ABBR em cumprir a sua missão no tratamento médico a pessoas com deficiência. Demonstra nos indicadores financeiros a dificuldade da sua manutenção apoiada nas receitas de prestação de serviços. O resultado operacional é comprometido pelo alto custo dos serviços prestados, com insuficiente remuneração, devido a desatualizada tabela de preços do Sistema Único de Saúde (SUS). Este custo elevado gera déficits operacionais, que não foram compensados, mesmo com doações dos contribuintes mantenedores, subvenções governamentais e legados.

Através das unidades de tratamento de serviços médicos, a ABBR alcançou a marca de 556.871 procedimentos em 2015. Os serviços prestados foram:

AÇÕES DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE

CENTRO DE REABILITAÇÃO - ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS*				
ESPECIALIDADES	USUÁRIOS DO SUS Sistema Único Saúde		NÃO USUÁRIOS DO SUS	
	ATENDIMENTOS	PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS	PROCEDIMENTOS
Fisioterapia - Pacientes com Grandes Lesões	22.019	22.022	5.032	5.032
Reeducação Postural Global	-	-	5.387	5.420
Fisioterapia - Medicina Esportiva e Pequenas Lesões	146	150	32.703	34.991
Setor de Terapia Integrada	135.824	223.400	505	769
Fisioterapia Respiratória	18.965	18.979	5.027	5.037
Tratamento Pacientes Amputados	23.562	23.576	782	784
Hidroterapia	277	277	8.313	8.340
Tratamentos de AVC - Acid. Vascular Cerebral	20.529	20.535	4.218	4.222
Infanto Juvenil - Fisioterapia	24.315	24.329	1.893	1.893
Infanto Juvenil - Ter. Ocupacional	19.772	19.790	1.081	1.081
Infanto Juvenil - Psicologia	3.410	3.414	209	209
Infanto Juvenil - Fonoterapia	17.349	17.352	776	776
Infanto Juvenil - Estimulação Pedagógica	-	-	5.687	5.687
Terapia Ocupacional Adulto	36.765	36.791	4.697	4.704
Oficina Terapêutica	13.223	13.262	504	505
Laboratório AVD - Atividade da Vida Diária	7.269	7.276	503	503
Terapia Ocupacional de Mão	-	-	3.289	3.298
Psicologia	12.766	12.774	1.679	1.714
Musicoterapia	-	-	4.523	4.525
Fonoaudiologia	12.671	12.675	4.238	4.268
Pilates	-	-	6.479	6.511
TOTAL	368.862	456.602	97.525	100.269
TOTAL DE ATENDIMENTOS: 466.387	TOTAL DE PROCEDIMENTOS: 556.871			

*ATENDIMENTOS: são as sessões terapêuticas realizadas. Podem gerar um ou mais procedimentos. O SUS paga por atendimento. *PROCEDIMENTOS: são os recursos terapêuticos utilizados para o tratamento do paciente.

ATENDIMENTOS		
CENTRO DE REABILITAÇÃO		DIA
PACIENTES	USUÁRIOS DO SUS <small>Sistema Único Saúde</small>	NÃO USUÁRIOS DO SUS
ADULTOS	1.129	281
CRIANÇAS	141	51
TOTAL	1.270	332
TOTAL GERAL		1.602
CENTRO DE REABILITAÇÃO		MÊS
PACIENTES	USUÁRIOS DO SUS <small>Sistema Único Saúde</small>	NÃO USUÁRIOS DO SUS
ADULTOS	1.936	839
CRIANÇAS	339	178
TOTAL	2.275	1.017
TOTAL GERAL		3.292
CONSULTAS AMBULATORIAIS		ANO
USUÁRIOS DO SUS <small>Sistema Único Saúde</small>	NÃO USUÁRIOS DO SUS	
11.098	7.058 <small>Deste total, 2.431 consultas foram gratuitas</small>	
TOTAL		18.156
AVALIAÇÕES TERAPÊUTICAS		ANO
SETORES	USUÁRIOS DO SUS <small>Sistema Único Saúde</small>	NÃO USUÁRIOS DO SUS
Centro de Reabilitação	34.215	107
Oficina Ortopédica	165	-
Serviço Social	6.101	-
TOTAL	40.481	107
TOTAL GERAL		40.588

INDICADORES SOCIAIS

I. AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA OS PACIENTES	QUANTIDADE	
Total de Procedimentos Terapêuticos	-	556.871
Procedimentos Terapêuticos aos Usuários do SUS	456.602	-
Procedimentos Terapêuticos aos Usuários Não SUS	100.269	-
Total de Avaliações Realizadas	-	40.588
Avaliações Realizadas aos Usuários do SUS	40.481	-
Avaliações Realizadas aos Usuários Não SUS	107	-
Total de Consultas Médicas	-	18.156
Nº de Consultas Médicas aos Usuários do SUS	11.098	-
Nº de Consultas Médicas aos Usuários Não SUS	7.058	-
Total de Produtos da Oficina Ortopédica	-	12.886
Produção da Oficina Ortopédica (órgãos, próteses, calçados)	6.985	2.971
Fornecimento de Meios Auxiliares de Locomoção	2.930	-

2. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	QUANTIDADE
Nº de colaboradores ao final do período (323 em atividade e 43 licenciados)	366
Nº de colaboradores que participaram de cursos, congressos, etc	27
Nº de colaboradores acima de 40 anos	210
Nº de mulheres na Instituição	212
Nº de colaboradores com deficiência	8
Nº de colaboradores terceirizados	10
Total de licenciados	44
= > Acidente de Trabalho	3
= > Auxílio Doença	35
= > Licença Maternidade	2
= > Licença sem Vencimentos	4
Estagiários	8
Bolsistas	6
Cursos, Palestras e Jornadas	17

3. EQUIPE ABBR	QUANTIDADE
Equipe Médica	11
Equipe de Gestão	16
Equipe Oficina Industrial Ortopédica	47
Equipe do Centro de Reabilitação	137
Equipe Operacional	155
TOTAL	366

4. DOAÇÕES RECEBIDAS	VALOR (REAIS)
Pessoas Físicas - depositado em Bancos	482.789,08
Pessoas Jurídicas - depositado em Bancos	66.721,00
Donativos através de depósitos - Campanhas	20.472,00
Contribuintes Mantenedores (boletos via CEF)	2.257.173,91
Doação de Bens e Serviços	17.752,75
TOTAL	2.844.908,74

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS À TÍTULO DE DOAÇÃO	VALOR (REAIS)
Manutenção das Atividades	816.360,23
Material da Oficina Ortopédica	1.486.511,60
Refeições de funcionários	263.050,15
Material de limpeza, reparos e outros	231.448,85
Material hospitalar e medicamentos	47.537,91
TOTAL	2.844.908,74

6. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	VALOR (REAIS)
Despesas com Plano de Saúde dos Colaboradores	133.284,64
Despesas com Vale-Transporte	333.235,04
Apoio aos Estudos - Educação - Formação Técnica, Cursos e Seminários	17.456,82
Despesa com Alimentação aos Colaboradores	197.286,37
Bolsa Estágio	141.034,39

FAIXA ETÁRIA DOS PACIENTES	
PACIENTES	QUANTIDADES
Entre 00 a 05 anos	1.118
Entre 06 a 12 anos	859
Entre 13 a 17 anos	551
Entre 18 a 23 anos	310
Entre 24 a 30 anos	377
Entre 31 a 40 anos	779
Entre 41 a 50 anos	3.459
Entre 51 a 64 anos	3.824
> 65 anos	3.351

OFICINA ORTOPÉDICA - ATENDIMENTOS		
PRODUTOS ENTREGUES	QUANTIDADES	
	USUÁRIOS DO SUS <small>Sistema Único Saúde</small>	NÃO USUÁRIOS DO SUS
Calçados ortopédicos	2.740	1.065
Órteses	2.707	611
Cadeiras de rodas	1.523	-
Próteses	970	155
Cadeiras higiênicas	723	-
Termomoldável	568	41
Muletas (pares)	469	-
Andadores	215	-
Outros serviços	-	1.099
TOTAL	9.915	2.971
TOTAL GERAL	12.886	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2015.

Deusdeth Gomes do Nascimento
Presidente Voluntário do Conselho Deliberativo

Marcos Bastos Blanes
Contador
CRC-RJ 086315 /O-8

Walter Campos Mendes
Superint. de Serviços – Atividade-fim
CRC-RJ 027172-2

Roberto Guimarães Xavier
Técnico em Contabilidade
CRC-RJ 108514/O-4